

## POR UM PAÍS “MAIS INTELIGENTE”

---

BUFREM, Leilah Santiago. *Editoras universitárias no Brasil: uma crítica para a reformulação da prática*. São Paulo: EDUSP: Com Arte; Curitiba: Ed. da UFPR, 2001. 428 p.

---

Diagnosticar a história das editoras universitárias brasileiras a partir da perspectiva diacrônica é uma tarefa hercúlea, dada à escassez de bibliografia e ao momento histórico, político, cultural e social de sua criação.

No Brasil, firmam-se poucos trabalhos de pesquisa ou ensaística acerca da produção editorial nacional e, até mesmo, de sua história. Podemos citar, sem medo de errar, algumas obras de destaque: Wilson Martins e “A Palavra Escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca” (1957); Néelson Werneck Sodré e sua “História da Imprensa Brasileira” (1966); Antônio Houaiss e seus “Elementos de Bibliografia” (1967); Rubens Borba de Moraes e sua “Bibliografia Brasileira do Período Colonial” (1969); Olympio de Souza Andrade e “O Livro Brasileiro Desde 1920” (1978); Laurence Hallewell e “O Livro no Brasil (sua história)” (1985); Emanuel Araújo e “A Construção do Livro: princípios da

técnica de editoração (Introdução)” (1986); a Editora Ática e seu “Momentos do Livro No Brasil” (1996); Kátia de Carvalho e sua “Travessia das Letras” (1999) e a Editora Abril e “A Revista no Brasil” (2000).

Sem dúvida, todas essas contribuições são dignas quanto ao entendimento da evolução da indústria editorial brasileira em diferentes contextos. Todavia, mais uma contribuição a essa galeria se firma nesse legado historiográfico. Trata-se do livro de Bufrem: “Editoras Universitárias no Brasil: uma crítica para a reformulação da prática” (2001).

Essa obra se inscreve nos projetos da Edusp com a Com-Arte que, no início dos anos 1990, “idealizaram uma proposta editorial visando resgatar a história da editoração brasileira” (p.15). E um dos títulos previstos para publicação “foi o resultado de minha tese de doutorado sobre a prática editorial nas universidades brasileiras”

(p.15). Esse trabalho, portanto, enquadra-se naqueles tipos de obras de referência, essenciais para o conhecimento da situação de determinada área e que são indispensáveis, principalmente, para aqueles que pretendem conduzir outras pesquisas sobre o tema. Nesse sentido, vem suprir uma lacuna para os leitores em termos de pesquisa científica, bibliográfica e de campo. Quem se interessa pela história da edição de livros universitários no Brasil, certamente aprenderá muito com a leitura do livro de Bufrem, pois se trata de um trabalho pioneiro que, sem favor algum, pode-se considerar imprescindível.

A autora da obra tem competência comprovada nas áreas de Biblioteconomia, Ciências da Informação e Editoração, o que é demonstrado por sua carreira como professora titular do Departamento de Ciência e Gestão da Informação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná; como doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP) em 1991; pós-doutorado na Espanha pela Universidade Carlos III de Madri, com passagem por Valladolid. Na UFPR ocupou os cargos de primeira diretora da Editora Scientia et Labor (1987) e de Chefe de Departamento do Curso de Biblioteconomia (1995-97). Recentemente, foi Coordenadora Operacional do Mestrado Interinstitucional em Biblioteconomia e Ciências da In-

formação da PUC-CAMPINAS e universidades paranaenses (1999-01). É membro da Comissão de Especialistas em Ciências da Informação do MEC/SESU. Além, é claro, de possuir vários textos publicados no País e exterior.

O livro está dividido em três grandes partes, perfazendo um total de onze capítulos. A parte mais extensa é a primeira, que trata dos “Antecedentes das Editoras Universitárias”, com uma densa fundamentação teórica sobre vários assuntos, desde a origem das universidades (o maior advento da Idade Média); o surgimento da Imprensa no Ocidente no século XV; as mais antigas editoras universitárias na Europa: Oxford (1478) e Cambridge (1521); o livro universitário; a editora universitária; o editor científico; autores e leitores/leitura; os modelos de universidade no Brasil; a Política Cultural Brasileira; os primeiros projetos editoriais na década de 60 (UnB, em 1961 e USP, em 1962); os Seminários de Publicações Oficiais Brasileiras (SPOB); a criação da Associação Brasileira de Editoras Universitárias (ABEU) em 1987; os Seminários Nacionais das Editoras Universitárias (SNEU); o Programa de Estímulo à Editoração do Trabalho Intelectual nas Instituições de Ensino Superior (PROED) e o Programa Interuniversitário para a Distribuição do Livro (PIDL); só para citar os de maior relevância ao tema em questão. O capítulo de maior paginação é o do “Inven-

tário”, que está contido na Parte II da obra: “Situação das Editoras Universitárias”, com cento e uma páginas impressas. Apresenta os resultados da pesquisa divididos em sete tópicos, a saber: 1) originais para publicação; 2) contratos com os autores; 3) conselho ou comissão editorial; 4) linha ou linhas editoriais; 5) estrutura e funcionamento das editoras; 6) divulgação e circulação dos títulos; 7) outras opiniões dos editores. Inclui, também, dados sobre as quatro entrevistas realizadas pela pesquisadora com dirigentes da UFSC, USP, UnB e UFC, respectivamente: Salim Miguel, João Alexandre Barbosa, Antônio Agenor Briquet de Lemos e Vianney Mesquita com Ivonete Maia; além do relato de sua experiência junto à UFPR.

A Parte III, intitulada “Elementos Para Uma Proposta” revela o esforço da pesquisadora em atualizar os dados e as reflexões da primeira fase da pesquisa (1987-89). A autora, na impossibilidade de identificação de um modelo único de práticas editoriais, propõe, então, “elementos para uma proposta de ação editorial nas instituições de ensino superior no Brasil” (p.24). Tais elementos são os mesmos, caracterizados no Inventário da pesquisa e foram obtidos, segundo a autora “graças a esforços conjugados e múltiplas estratégias, como entrevistas, questionários, buscas eletrônicas e bibliográficas” (p.377). Relata que o universo das editoras univer-

sitárias ampliou-se de 60, no início da década de 1980, para 77 nos dias atuais, portanto, demonstrando uma consolidação do setor (de 1989 a 1999). Se, na primeira fase da pesquisa, “foi impossível configurar-se um modelo de filosofia e atuação editorial nas instituições de ensino superior” (p.377), a autora nos informa que, agora, existe “um perfil mais delimitado graças a um processo de estruturação de normas e atividades” (p.377).

Quanto à bibliografia consultada, as referências ao final do livro são em número de 286, mais 11 da Internet. Basicamente, são textos dos anos 1970 e 1980. As citações no corpo do trabalho são em número de 428. A abrangência da bibliografia vai de 1942 a 1999. No entanto, as obras recentes incluídas (de 1990 a 2000) são apenas 16: catálogos, diretórios, relatórios, livros, artigos de jornais e entrevistas. Toda essa literatura é basicamente composta por itens de origem brasileira (254 ref.) e estrangeira (32 ref.). Desses últimos itens, há predominância dos idiomas espanhol, inglês e francês. Artigos de periódicos especializados foram minimamente utilizados: 18 (nacionais) e 6 (estrangeiros). No caso de pesquisas formais (teses e dissertações), apenas uma é citada: a dissertação de mestrado de Martins (1985). Os autores mais citados na obra, são: Universidade, com 16 entradas e Miceli, com 7. Seminário, também, aparece

com 7 entradas. Conceitos-chave foram amplamente abordados, assim como uma série de termos técnicos.

Cotejamos que a autora começa a Introdução com um parágrafo de “abertura” bastante interessante sobre o “princípio utópico” das pessoas idealistas e realizadoras. Deixa claro qual é a idéia central de sua pesquisa, ou seja, a da criação de um “modelo”, isto é, de um conjunto de práticas ou de comportamentos comuns a um todo e que poderiam representá-lo (p.250). Seu objetivo é “fornecer elementos para uma proposta editorial universitária, a partir da análise e discussão de questões dela originadas ou com ela relacionadas” (p.24). O efeito pretendido pela pesquisa é o de diagnosticar a área, por meio de um levantamento das práticas editoriais nas instituições de ensino superior no Brasil. Lamentavelmente, “(...) o resultado da pesquisa apresentou apenas uma imagem fragmentada da realidade “ (p.15).

A organização da obra é clara, lógica e consistente, porque sua autora esclarece, já nas primeiras páginas, as idéias que fundamentam a sua hipótese e servem de base ao objetivo da pesquisa. No primeiro caso, a autora apresenta duas razões: 1) “É por uma crítica à prática que pretendo contribuir para este momento, quando são discutidos critérios editoriais, quando são delineadas estruturas e definidos projetos, como acontece nos seminá-

rios nacionais das editoras universitárias brasileiras no Rio de Janeiro (1984); Bahia (1985); Campinas (1986); Goiânia (1987); Recife (1988) e em Curitiba (1989)” (p.21); 2) “Como participante dos últimos seminários de editores universitários e organizadora de um deles, em Curitiba (1989) – período em que presidi comissão editorial *pro tempore*, criada em 1986, e pude contribuir para a criação de uma editora na Universidade Federal do Paraná – , compartilhei experiências e problemas comuns à nossa prática, apesar da diversidade de instituições representadas. Nesse convívio percebi que as questões de ordem política, administrativa e, conseqüentemente, financeira se avolumam. Essas questões revelam um intrincado tecido de relações e injunções de poder” (p.23). Quanto ao segundo caso, as idéias que servem de base ao objetivo da autora, são, assim, expressas no texto: “Julguei oportuno estudar mais profundamente o tema e realizar pesquisa na área tanto em função do meu interesse pessoal quanto pela escassez de bibliografia, o que me levou a eleger como objeto de minha tese de doutoramento, a prática editorial nas instituições de ensino superior no Brasil” (p.23). E “para chegar ao ‘conhece-te a ti mesmo’ [...] é preciso efetuar, inicialmente, um inventário, o que, neste estudo, se traduz na busca do conhecimento da situação” (p.25). As evidências (fatos) apresentados pela autora para a consecução da pesquisa, são: a) o fato

dela ajudar a criar uma editora universitária na UFPR; b) as discussões, na época (1984 a 1988), de critérios editoriais nos Seminários Nacionais de Editoras Universitárias; c) a escassez de bibliografia sobre o tema; d) a “falta de uma fonte bibliográfica sistematizadora” (p.24) para os trabalhos dos editores/diretores de editoras universitárias.

O tom usado pela autora é clássico; sem eufemismos nem neologismos. Vem aliado a uma profunda erudição que permeia todo o texto, mas nem por isso, pode ser considerado hermético, porque permite não só ao leitor universitário, como também, aos leigos, uma visão abrangente do tema específico das editoras universitárias brasileiras. Enfim, é redigido de modo “gramaticalmente correto, estilisticamente agradável, fraseologicamente claro e terminologicamente preciso”. Percebe-se todos os princípios que devem nortear os trabalhos de natureza científica: clareza, concisão, coerência, correção e precisão.

Em nosso entendimento, os pontos fortes da argumentação estão intimamente ligados ao envolvimento da autora com a sua área de investigação na pesquisa e os pontos frágeis recaem nas contradições acerca da identificação de um “modelo” único de práticas editoriais. Além da questão da consolidação da área *versus* uma profissionalização emergente de seus sujeitos. Ou seja, como caracterizar práticas

comuns em meio às carências estruturais, instabilidade institucional e inconstâncias “na prática ainda incipiente das editoras” (p.249) na primeira fase da pesquisa. E, como já considerar a área consolidada na última década (1989-99) se a estrutura das universidades ainda são burocratizantes, salvo raras exceções (a Edusp é o melhor exemplo). Considerar uma área consolidada somente pelo aumento do número de editoras universitárias que, de 60 evoluíram para 77? Creio que, essa consolidação é mais visível em termos de produção editorial, isto é, número de títulos publicados e seu conseqüente faturamento, do que em termos de produto, qual seja, o livro (esse desconhecido por mais de 20 milhões de analfabetos no País). E, por extensão, a leitura. Hoje, não há mais o fantasma da censura prévia, como havia no regime militar (1964-85), no entanto, a população brasileira ainda não escapou do fantasma da falta de condições financeiras para ter acesso a esse produto cultural por excelência, que é o livro. A exclusão social, cultural e, mais recentemente, a digital é fato concreto. De qualquer forma, experiências bem sucedidas como o PIDL, o sistema de co-edições e cursos de editoração (universitários ou técnicos) são alentadores nesse cenário. Há que se mencionar a “Escola do Livro”, da Fundação Editora da UNESP, com o apoio da Câmara Brasileira do Livro (CBL), que começou a funcionar em outubro de 1999 e é única na América Latina.

Enfim, a autora conclui que “Ainda permanecem importantes contradições entre o caráter social da produção editorial e as formas de controle político-econômico de sua distribuição, dinamizando sua prática e estimulando alternativas de superação” (p.399).

Essa obra de Bufrem interessa, pois, rigorosamente a todos: estudantes, estudiosos em geral, professores, historiadores, jornalistas, políticos, sociólogos, autores, bibliotecários, editores; dada à sua “ousadia”, na época em que foi concebida como recorte de pesquisa. Não daria para equiparar o trabalho com diagnósticos imensos, cheios de números e cifrões, porque se trata de uma reflexão muito mais qualitativa de “compreensão”, do que quantitativa, de “explicação”.

O mérito do livro reside, principalmente, em sua temática, face à diminuta literatura. Ele nos faz refletir sobre as relações entre Estado e Cultura e de como os projetos editoriais são transformados em projetos políticos no Brasil. É especialmente útil para nos lembrar que os textos universitários alimentaram o debate acadêmico no País, a partir dos anos 60, e continuaram a fazê-lo, nos dias de hoje, contribuindo para tornar o País um pouco mais “inteligente”, pelo trabalho de seus intelectuais e editores científicos. No entanto, nos causa certa estranheza que a autora não tenha citado em sua obra editoras como: Pers-

pectiva, Paz e Terra e Zahar, que se destacaram em meio às turbulências da ditadura, driblando a censura e publicando obras de densidade política e de excelente qualidade. É bom que se diga que, antes da criação das primeiras editoras universitárias no Brasil, já existiam editores dedicados ao livro universitário e que foram pioneiros no gênero: Jacó Guinsburg (Perspectiva), Ênio Silveira e Moacir Félix (Paz e Terra), Jorge Zahar (Zahar Editores), além da DIFEL, empresa de capital estrangeiro, criada em 1951 e a CULTRIX, fundada em 1956, por Diaulas Riedel.

Por fim, a obra é bem cuidada em termos de conteúdo e forma. Carece, apenas de bons índices (onomástico e de assuntos) para uma consulta mais eficiente da parte dos leitores. Mas, temos certeza, de que isso não é problema para Bufrem “que sabe sonhar, é aberta a horizontes e é grata a quem lhe indica veredas” (Dr. Hugo Assmann).

---

**Edmeire C. Pereira**

Departamento de Ciência e Gestão da Informação da Universidade Federal do Paraná  
edmeirepereira@pop.com.br

---

**Title**

For a “cleverer” country

**Título**

Por un país “más inteligente”

---